

VIVÊNCIA COM JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS EM MEIO ABERTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PEDAGOGAS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Maria Zélia Alves de Moura¹, Ana Letícia de Sousa Nascimento², Georgia Clara Soares
Rodrigues³

RESUMO

O presente trabalho é fruto da disciplina de Estágio Supervisionado I: Gestão dos Espaços Escolares e Não Escolares, ofertada no 5º Período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral (CE). O lócus do estágio foi o Centro de Referência Especializado em Assistência Social Manoel Vieira Linhares (CREAS) localizado no centro da referida cidade, e nosso objeto de estudo foram os jovens em cumprimento de medidas em meio aberto: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC). Com o objetivo de conscientizar esses jovens sobre a importância da participação social, através de uma metodologia qualitativa, participativa e exploratória realizamos observação direta das atividades e aplicamos intervenções pedagógicas dialógicas, incluindo um jogo de tabuleiro temático sobre o assunto e a técnica reflexiva do "Potinho de Mim". Os resultados revelaram lacunas significativas na percepção e no sentido que os jovens atribuem acerca de temas como fundamentais de cidadania, como política, voto e direitos sociais, além de evasão escolar e dificuldades de integração social. Identificamos também desafios estruturais no CREAS, como equipe reduzida e ausência de psicólogos, que impactam a qualidade do atendimento, bem como, evidenciam lacunas quanto a integração entre as políticas de assistência social e educação na promoção efetiva de oportunidades de emancipação para a juventude em situação de vulnerabilidade, e plena inserção escolar.

Palavras-chave: Espaços não escolares. Gestão Social. Juventude. Medidas em meio aberto.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem sua gênese na disciplina de Estágio Supervisionado I: Gestão dos Processos Educativos em Espaços Escolares e Não Escolares, ofertada no 5º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Esse componente curricular tem como objetivo promover a reflexão e a investigação sobre os processos de gestão desenvolvidos nos espaços escolares e não escolares, por meio do Estágio Supervisionado.

¹ Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), mi.mariazelia@gmail.com

² Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), leticiasousaa024@gmail.com

³ Dra. em Políticas Públicas. Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), georgia_clara@uvanet.br

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Proporcionando, ampliar a compreensão dos discentes acerca das conexões entre teoria e prática social fortalecendo a consolidação da docência como uma trajetória investigativa crítica.

O lócus do estágio foi o Centro de Referência Especializado de Assistência Social Manoel Vieira Linhares (CREAS), caracterizado por ser um espaço não escolar. A instituição é localizada no centro da cidade de Sobral (CE), e atualmente atende mais de quarenta (40) famílias, por se tratar de uma instituição pública estatal de abrangência municipal e regional.

Os serviços oferecidos pela unidade estão diretamente vinculados ao atendimento de situações de violação de direitos, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Nesse sentido, durante o estágio, oportunizamos a observação de como é realizado o Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimentos de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), desde o momento de acolhimento do sujeito até a finalização da medida em meio aberto.

Dessa forma, observando as dinâmicas desenvolvidas com os jovens e as suas concepções sobre as políticas públicas, refletimos sobre a necessidade de aplicar uma intervenção pedagógica com os adolescentes em LA e PSC, a fim de enfatizar a importância da participação social e apresentar os meios efetivos para ela ser alcançada, evocando o (re)conhecimento do seu papel como cidadãos detentores de direitos, dando destaque as atuações em comunidades com situação de vulnerabilidade, onde reside a maioria desses jovens.

Nesse contexto, o objetivo geral desse trabalho é: Conscientizar os jovens em cumprimento de Medidas em Meio Aberto sobre a participação social e suas formas de efetivação nos territórios, fortalecendo seu reconhecimento como agentes ativos de transformação em seus contextos sociais e subjetivos, e como objetivo específico destacamos: Conhecer a concepção dos jovens sobre o que representa a Participação Social para eles e como percebem essa participação dentro dos seus contextos sociais.

2 ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E PROCESSOS EDUCATIVOS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGAS

O CREAS é uma unidade Pública Estatal estabelecida pela Política de Assistência Social (PNAS), desde o ano de 2004, que integra a rede socioassistencial do Sistema Único de



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Assistência Social (SUAS), criada em 2005 a partir da Resolução nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Com a normativa nº 130, o SUAS passa a se estruturar em dois níveis de proteção social – a básica e a especial. A básica é a ofertada pelos Centros de Referência de Assistência Social, já a especial se trata do CREAS (Brasil, 2004) que é o principal equipamento público de proteção social especializada, onde há violação de direito.

Quanto aos serviços ofertados no CREAS, a Tipificação de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) estabelece até quatro modalidades: 1º) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 2º) Serviço Especializado em Abordagem Social; 3º) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e 4º) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (Luzia e Liporoni, 2023).

Essas modalidades devem ser asseguradas pelo município através de estrutura física, funcionários capacitados e recursos financeiros. Além de não seguir a lógica mercadológica, pois deve abranger parcerias entre Estado e organizações do terceiro setor – sem fins lucrativos (Luzia e Liporoni, 2023). O quadro de funcionários do CREAS é dimensionado conforme a demanda do município, estabelecido pela Resolução CNAS nº 109/2009.

Em cidades com até 100 mil habitantes, classificadas como Porte I, a composição de referência mínima obrigatória inclui um (1) coordenador, um (1) assistente social, um (1) psicólogo, um (1) advogado, dois (2) profissionais de nível médio ou superior e dois (2) auxiliares administrativos. Para municípios com população entre 100 mil e 250 mil habitantes, enquadrados como Porte II, a estrutura mínima requer um coordenador e o dobro de cada categoria de profissionais previstos no Porte I. Já para cidades com mais de 250 mil habitantes, a estrutura de Porte II é considerada mínima, sendo necessária a implantação de unidades adicionais de CREAS para atender adequadamente à demanda característica do Porte III.

Em Sobral (CE), no Noroeste do Estado do Ceará, o CREAS Manoel Vieira Linhares é de Porte II. Contudo, devido ao déficit de investimentos públicos no SUAS, o equipamento atua com equipe reduzida de Porte I e sem a presença de Psicólogos, o que acarreta limitações



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

no atendimento oferecido, sobrecarga dos profissionais e fragilidades no acompanhamento dos adolescentes e famílias atendidas.

Diante desse cenário, os funcionários da referida instituição, como a Técnica de Referência das Medidas Socioeducativa – uma pedagoga, recorrem ao apoio de psicólogos de outros projetos, como o Novas Trilhas criado no âmbito do Programa de Oportunidades e Cidadania (POC), o qual foi instituído pela Portaria nº121 (Brasil, 2021), que regulamenta o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

Para tanto, é inegável sobretudo, a luta que se firma no CREAS Manoel Vieira Linhares, em que todas as profissionais presentes se esforçam para ofertar um atendimento especializado no setor de PAEFI e, principalmente no desenvolvimento do público que cumpre medidas de meio aberto (LA) e (PSC) que são adolescente e jovens de catorze (14) à vinte e um (21) anos, propiciando, na medida do possível espaços de emancipação e inserção social, através do (re)conhecimento dos seus direitos e deveres sociais.

2.2 JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E OS MEIOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os jovens em cumprimento de medidas em meio aberto, em sua maioria, vivem à margem da sociedade, expostos a violências, negligências e abusos, o que contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Como lembra Freire (2005), quando a educação não é libertadora, o desejo do oprimido é ser opressor, perpetuando as relações de dominação. Nesse contexto, o ato infracional pode ser entendido como resultado de um processo histórico de negligência estatal, em que o indivíduo diferente é frequentemente punido.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, estabelecendo em seu Artigo 4º que a proteção e garantia desses direitos constituem responsabilidade compartilhada, com prioridade absoluta, entre poder público, família, comunidade e sociedade.

Importa compreender o ECA como um instrumento que "não se limita à instrução formal, mas se estende ao desenvolvimento integral do indivíduo" (Luz, 2025, p. 12). Quando um adolescente comete ato infracional, ele é amparado pela Seção Especial do ECA, em particular pelo Título III, que trata da Prática de Ato Infracional.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

É importante destacar que o ECA (1990) se aplica a adolescentes até 18 anos de idade. No entanto, jovens de até 21 anos podem ser acompanhados pelo sistema socioeducativo se já estavam em cumprimento de medida antes de completarem a maioridade, conforme previsto no Art. 121 do ECA (1990), que permite a manutenção da medida excepcionalmente após os 18 anos, caso necessário para sua conclusão.

No CREAS, o acompanhamento dos jovens ocorre principalmente por meio das medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Na LA, realiza-se o acompanhamento do adolescente em seus contextos familiar, escolar e comunitário por um período mínimo de seis meses. Já na PSC, o jovem presta serviços comunitários não remunerados em instituições de assistência, hospitais, escolas ou outros equipamentos públicos, por período máximo de seis meses (Savanhago, 2019).

A imposição de uma medida socioeducativa não representa apenas uma sanção do Estado, mas um momento em que se tenta realizar um acompanhamento real daquele jovem para que ele tenha outras opções para além da criminalidade. No entanto, o que se percebe também é uma certa dificuldade na implementação das. Em ambas, principalmente na LA, a matrícula e frequência na escola são tidas como uma obrigação do adolescente acompanhado, e defendido pela Lei nº 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), em que se assegura à criança e ao adolescente à escola pública e gratuita próxima à sua casa.

Porém, para muitos adolescentes em cumprimento de medidas de meio aberto percebem a escola como um lugar de exclusão e violência, onde eles são tidos como “responsáveis pela intensificação da violência (Luz, 2025, p. 6). Essas percepções aprofundam as estigmatizações desse grupo, que não enfrentam só dificuldade de ir à escola, mas também como se portar na sociedade sem serem julgados ou visto como perigosos, em decorrência das suas falas, vestes e gestos corporais.

A referida autora também ressalta em suas pesquisas os conflitos territoriais como uma problemática que dificulta o cumprimento das medidas, o que torna o processo da equipe de trabalho do CREAS ainda mais rigoroso e delicado. Em muitos casos, o simples deslocamento do adolescente até o local designado para PSC, ou mesmo o acompanhamento da LA, representa um risco à vida.

Essa vulnerabilidade territorial se conecta diretamente à relação desses jovens com a



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

escola. Nos relatos expostos por Luz (2025), por exemplo, um adolescente afirma não frequentar as aulas por medo dos olhares e da repressão. Assim, ainda que o ECA garanta a escola como direito fundamental, a prática cotidiana revela um ambiente que, em vez de acolher, aprofunda o preconceito e contribui para o afastamento progressivo desses jovens do espaço formativo.

Já nas questões de gênero a autora apresenta que no CREAS de Sobral de 2020 à 2024 o número de jovens do sexo masculino foi dez vezes maior do que o número de jovens do sexo feminino. O que nos traz a perspectiva da cultura da masculinidade forte criada e aceita socialmente, enquanto a mulher vista como fraca, comete o ato infracional em decorrência às relações afetivas.

Desse modo, dada realidade desses sujeitos, a participação social deles se vê seriamente comprometida. Gadotti (2014, p. 1) afirma que “ não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola”, ressaltando a importância de um ambiente escolar que promova o diálogo, o respeito e colaboração de todos os membros que compõem o espaço escolar. Dada a situação de negligência que esses jovens vivem não basta apresentar soluções burocráticas de inserção na sociedade, é necessário que eles a percebam como uma coisa do cotidiano.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em Denzin e Lincoln (2006), que compreendem a investigação qualitativa como um conjunto de práticas interpretativas voltadas à compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos sociais. Além disso, caracteriza-se como pesquisa participante, vez que utilizará a escuta ativa e sensível como principal ferramenta para a compreensão do objeto de estudo, que no caso são os jovens (Brandão, 2006). A escolha por essa abordagem se justifica pelo objetivo de compreender os processos subjetivos relacionados à participação social de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no município de Sobral (CE).

A intervenção foi articulada no CREAS Manoel Vieira Linhares em parceria com o Programa Novas Trilhas. Nesse momento, contamos com o auxílio de Pedagogos e Psicólogos para desenvolver uma dinâmica alinhada à realidade social dos jovens. Para a execução do



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

nosso encontro, o espaço escolhido foi a Estação da Juventude, localizada no bairro Vila União na cidade de Sobral (CE). O equipamento é vinculado ao POC (Brasil, 2021), e ao Programa Integrado de Prevenção e Reeducação da Violência (PREVIO, Ceará, 2021).

Realizamos a ação na sede dos encontros mensais obrigatórios dos jovens em cumprimento de medidas. Tratando-se de uma área de fácil acesso, sem acarretar riscos de violência habitacional. Para tanto, o público-alvo da ação foram: uma (1) adolescente de catorze (14) anos de idade, um (1) adolescente de dezesseis (16) anos de idade, e um (1) adolescente de dezessete (17) anos de idade.

Desse modo, nossa ação pedagógica será desenvolvida em quatro momentos principais: 1º) Acolhida; 2º) Momento Quebra-Gelo; 3º) Dinâmica do Jogo de Tabuleiro e 4º) Dinâmica do Potinho de mim. Na acolhida os adolescentes serão recebidos com músicas de cantores como Racionais e Rappa, para que pudéssemos criar uma ambiência em que os jovens pudessem se identificar a partir de músicas que tratam de realidades e contextos os quais eles pudessem criar uma identificação. No segundo momento, procedemos com uma atividades de alongamento em grupo, onde cada pessoa presente no encontro escolherá uma parte do corpo para relaxar. E, chegaremos a Dinâmica do Jogo de Tabuleiro.

Essa atividade principal possui vinte e seis (26) peças que alternam em temas relacionados a formas de participação e as perguntas subjetivas, para deixar o jogo mais dinâmico. A primeira peça do tabuleiro é de início e a última é de fim, já quanto as frases do jogo, elas seguem a seguinte ordem e são: 1º) O que te deixa alegre?; 2º) Não gosto quando...; 3º) Quando fico triste prefiro...; 4º) Um lugar que me acalma...; 5º) Família para mim é...; 6º) Tenho medo de...; 7º) Votar para mim é...; 8º) Quando dou minha opinião e ela é escutada eu me sinto...; 9º) O que me deixa com raiva?; 10º) Amizade para mim é...; 11º) O que me deixa com ansiedade?...; 12º) Detesto ficar...; 13º) Amo ficar...; 14º) Quando tomam decisões por mim me sinto...; 15º) Tenho sonhos de...; 16º) Música que me acalma?; 17º) Se estou feliz prefiro...; 18º) Ação que me deixa chateado?; 19º) Ação que me deixa feliz?; 20º) Segurança para mim é...; 21º) O que penso sobre política?; 22º) Educação para mim é...; 23º) O que penso sobre as medidas socioeducativas?; 24º) Me divirto quando...

Para seleção das frases é utilizado um cubo de seis (6) lados, e para tanto não é obrigatório a resposta de todos os itens, e os “peões” dos tabuleiros serão os próprios



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

jogadores. No final, após o tabuleiro planejamos uma atividade mais reflexiva, na qual eles responderem as perguntas do jogo anterior, mesmo que de forma pessoal, sem compartilhar com o grupo, será exigido deles uma atenção maior para si. Nesse momento da dinâmica do Potinho de Mim, entregaremos a cada pessoa um pedaço de papel com um desenho de um pote escrito: “Um potinho de mim”. O objetivo é que eles escrevessem seus sonhos e sentimentos que carregam consigo.

A partir desse percurso metodológico, buscamos elucidar diálogos com que os jovens presentes no encontro sensibilizando e criando uma discussão onde esses jovens pudessem ressignificar percepções enquanto cidadãos portadores de direitos, deveres e ambições, compreendo a participação social como uma prática cotidiana presente nas nossas escolas diárias e vivências. Proporcionando uma ampliação do pensamento crítico-reflexivo dos jovens através de conversas orais que ocorreram durante o encontro e uma reflexão sobre possibilidade de reintegração social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia da intervenção, seguimos o que havíamos planejado, os jovens foram recebidos em um ambiente intencionalmente preparado com música, visando estabelecer um clima de confiança e aberto ao diálogo. Tendo início com uma roda de conversa, na qual a equipe se apresentou e explicitou os objetivos da ação - reforçando o carácter formativo e participativo do nosso encontro. Após esse momento, foi introduzido o jogo de tabuleiro, apresentamos as regras e perguntamos quem iria participar.

Levando em consideração que no dia da aplicação foram três (3) jovens, e nenhum deles quiseram ser os “peões” do jogo, tivemos que modificar a dinâmica, fazendo com que cada uma das aplicadoras da intervenção junto da equipe do Projeto Novas Trilhas servisse como representantes dos adolescentes. A recusa deles de não participarem como peões, não era um ato de desinteresse, mas uma forma de representar seus limites e timidez para com o grupo.

Dessa forma, foi necessário que respeitássemos o tempo de cada participante, e flexibilizássemos a metodologia planejada. Essa estratégia possibilitou que eles se sentissem mais confortáveis para contribuir oralmente. Para tanto, durante o caminho do tabuleiro, as perguntas selecionadas e respondidas pelos participantes estão dispostas na tabela abaixo.



Tabela 1 – Perguntas e Respostas selecionadas no jogo de tabuleiro

Pergunta selecionada	Adolescente que irá responder	Resposta
5º) Família para mim é...	M1	“Tudo”
7º) Votar para mim é...	A2	“Não sei, tanto faz, nem voto ainda”
8º) Quando dou minha opinião e ela é escuta eu me sinto...	K3 e M1	“Bem e ouvido”; “Me sentido importante”.
12º) Detesto ficar...	A2	“Triste”
15º) Tenho sonhos de...	K3	“Ser rico”
20º) Segurança para mim é...	M1	“Não sei”
21º) O que penso sobre política?	A2 e K3	“Não sei o que pensar de política porque nem sei o que é”; “Não sei o que é”.
22º) Educação para mim é...	MI e A2	Ambos responderam que era importante.

Fonte: Autoras (2025)

Analisando as respostas, conclui-se que os jovens apresentaram dúvidas sobre o que é votar; o que pensar sobre segurança e o que pensar sobre política, através das suas respostas vagas. Quando A2 e K3 respondem que: “Não sei o que pensar de política porque nem sei o que é”; “Não sei o que é”, isso se revela como uma lacuna no processo educativo, visto que em nenhum momento durante a vida deles escolar foi apresentada temáticas relacionadas à política, evidenciando a escassez de conhecimentos sobre algo que tem tanta relevância e impacto na vida deles.

Não obstante, a resposta de A2 sobre a questão do voto revela que aquilo não têm importância em suas realidades, exibindo mais uma vez a ausência de conhecimentos sobre o assunto e reafirmando o que Mounk (2018, p. 129) diz sobre os jovens que estão acompanhando a “proporção crescente de cidadãos que tem uma opinião negativa da democracia ou não considera que seja especialmente importante”. Enfatizando uma falha no processo educacional, que muitas vezes não atinge esses jovens.

E apesar da resposta de M1 e A2 ser positiva em relação à educação, afirmando que ela era importante, os três jovens que estavam no encontro apresentam relações conflituosas com

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

a escola. M1 durante todo o ano de 2025 foi para a escola somente por 45 dias. A2 mantém uma frequência com 60% de faltas mensais, mas apresenta boas notas nas provas. E K3, com seus 17 anos abandonou a escola a dois anos. Para esses adolescentes manter um ritmo escolar adequado é um desafio constante, não apenas por questões de segurança, mas sobretudo pelas barreiras sociais e emocionais que enfrentam,

Durante o encontro percebemos que esses jovens carregam consigo muita timidez, sentimentos de raiva e questões familiares, o que acomete o desenvolvimento social deles, vez que muitos relavam que se sentem excluídos no ambiente escolar porque estão em cumprimento de medidas socioeducativas. Essa situação repercute como a escola, que deveria ser um espaço de inclusão e emancipação, repercute mecanismo de exclusão.

Dessa forma, verifica-se uma lacuna significativa na formação cidadã desses adolescentes, resultante de uma educação pautada em currículo conteudista, que pouco dialoga com suas realidades, deixando de abordar com ênfase assuntos como cidadania, democracia e participação social o que contribui para a ausência de consciência política e crítica, bem como, o sentido que os mesmos constituem sobre seu cotidiano e trajetória de vida. Ademais, é notório que a falta de conhecimento desses jovens decorre da exclusão em espaços de participação, causada porque eles, em muitos casos, não se enxergam como sujeitos detentores de direitos.

Isso manifesta tanto a falta de informações básicas sobre direitos e deveres políticos, quanto a ausência de espaços de escuta e valorização das suas vozes. Quando os jovens K3 e M1 respondem que quando suas opiniões são escutadas se sentem: “Bem e ouvido”; “Me sentido importante”, evidencia-se a urgência por práticas pedagógicas e sociais que legitimem a sua participação. Sendo necessário a criação de espaços de escuta ativa, em que eles (re)conheçam as suas próprias subjetividades.

Gadotti (2015, p.4) destaca que “não basta criar mecanismos de participação popular e de controle social das políticas públicas de educação; é preciso atentar para a necessidade de criar, também, simultaneamente as condições de participação”. Ou seja, mesmo existindo na teoria a pauta sobre a importância da participação social, ela não alcança o público que vive em condição de vulnerabilidade social, dentro das comunidades, o que contribui para que eles não conheçam seus direitos, sua importância de voto, corroborando para que eles deixem de ter uma participação efetiva por falta de condições.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Essa falta de atuação social é nítida quando se analisa a resposta: “Não sei, tanto faz, nem voto ainda”, sobre a pauta da votação. Essa fala que não demonstra apenas o desconhecimento sobre o pensamento democrático, revela também a completa ausência de vínculo entre A2 com a participação cidadã. Como aponta Arroyo (2017) a negação da cidadania se materializa justamente na falta de oportunidades reais de participação, o que leva esses três jovens, com realidades similares, permanecerem em um ciclo de invisibilidade social.

A insegurança em relação a temas como política, voto e segurança pública reflete um contexto social mais amplo, marcado muitas vezes pela descrença nas instituições e pela baixa confiança de que suas ações individuais possam gerar mudanças coletivas. Chauí (1983) traz em seus argumentos, o impasse causado pela ideologia da competência, causando um distanciamento entre a comunidade e a participação social ativa, em que prevalece o discurso de que comanda quem sabe e quem não sabe obedece, levando ao silenciamento de um grupo social, mesmo que o assunto tenha um impacto direto em suas vidas. Essa percepção acaba por limitar o exercício da cidadania plena, uma vez que a participação política não se restringe apenas ao ato de votar, mas envolve a construção de uma consciência crítica, o debate de ideias e o engajamento em decisões que impactam diretamente suas comunidades.

Quando o jovem K3 revela que seu sonho é: “ser rico”, e durante nossas conversas em grupo disse que iria trabalhar para conseguir uma vida melhor. O desejo pela riqueza, nesse contexto, reflete o anseio dele por uma vida digna e pertencente a uma sociedade capitalista. Vicentini (2018) aponta que dentro de uma sociedade que valoriza o capital, nossos sonhos passam a ser construídos na óptica do consumismo e status.

Esse imaginário social, fortemente enraizado na comunidade capitalista, faz com que, principalmente os jovens em situação de vulnerabilidade, perceberem “ser rico” como única via possível de reconhecimento e superação das desigualdades. Para tanto, após nossa dinâmica no tabuleiro, partimos para a escrita subjetiva do “potinho de mim”. M1 não quis compartilhar o que escreveu, mas os outros membros do encontro sim.

Durante os compartilhamentos, K3 reafirmou que dentro dele tem anseio de se tornar rico e conseguir um bom emprego, e A2 relatou que se via como uma pessoa humilde, respeitador, inteligente e alegre. A narrativa dos dois jovens em cumprimento de medidas nos



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

permitiu perceber a sensibilidade que existe dentro deles. K3 com seu desejo de prosperidade financeira, e A2 com um retrato poético de si mesmo.

No entanto, o que mais se destacou nessa segunda dinâmica foi a fala da técnica de referência do CREAS, que escreveu dentro do potinho: “meu sonho é que tenham mais oportunidades reais para os jovens que cumprem medidas e que esses jovens possam refletir sobre a paz”. Conhecendo de forma mais aprofundada a realidade do CREAS, compreende-se o sentimento partilhado pela técnica, uma vez que frequentemente os profissionais se deparam com limitações estruturais que comprometem a garantia de oportunidades para os adolescentes.

Essa porcentagem baixa de inserção em programas de apoio [...] destaca a necessidade de ampliar esses projetos para atender os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ao se desligar da medida. A participação em atividades socioculturais, psicoemocionais e profissionalizantes são possibilidades de fortalecimento da capacidade de empatia e resiliência, no sentido da superação e ressignificação de suas vidas. (Luz, 2025, p.24)

A efetividade das medidas socioeducativas não pode se restringir apenas ao período em que o adolescente está vinculado ao CREAS, vez que muitos adolescentes só se mantêm na escola quando estão em cumprimento de medidas, e mesmo assim alguns ainda em cumprimento de medidas não frequentam a escola, como é o caso de M1. Essa situação revela uma problemática existente no eixo das Políticas Públicas, haja vista a própria falta de articulação da escola com os jovens.

Desse modo, a partir da análise dos resultados obtidos com a nossa intervenção, evidencia-se a presença de uma lacuna significativa no que se refere tanto aos meios de participação social, quanto a frequência escolar desses jovens. Ambas problemáticas são previstas na Constituição Federal de 1988 como direitos fundamentais do homem, o que reforça a urgência de políticas públicas que garantam o acesso, mas também a permanência e valorização desses jovens em espaços educativos e de participação comunitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciar a disciplina de Estágio Supervisionado I: Gestão dos Processos Educativos em Espaços Escolares e Não Escolares no lócus do CREAS, nos permitiu compreender os desafios enfrentados por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

aberto - LA e PSC, especialmente no que tange à participação social e escolar. Conhecer a realidade desses jovens, que em sua maioria vivem em situação de vulnerabilidade social e que acabam expostos desde muito cedo a problemáticas como a violência, escassez, ausência de oportunidades para viver sua juventude com amis dignidade acaba colocando esses sujeitos à margem da sociedade e diariamente, possibilitou a nossa reflexão sobre a urgência de prática pedagógicas emancipatórias que efetivamente adentre a realidade desses jovens.

Nesse sentido, com a aplicação da nossa proposta de intervenção didática, dialógica e participativa, ainda que inicialmente recebida com resistência, se mostrou uma metodologia possível para a expressão da subjetividade e estímulo à (auto)reflexão. Através das respostas oferecidas as questões do nosso jogo de tabuleiro e do “pontinho de mim”, o que se percebe é um distanciamento dos jovens com relação aos temas que foram tratados em nossa experiência, dada à própria condição de vida desses jovens suas prioridades, direitos e deveres, aliado aos sonhos, que se manifestam de forma contida, com frases curtas e simples como: “ser rico”.

A partir de nossa vivência de estágio e do contato com a técnica de referência de medidas socioeducativas do CREAS, percebemos a urgente necessidade de criação de oportunidades reais de espaços em que os jovens tornam-se protagonistas e possam elaborar mecanismos para ressignificar sua realidade para além da violência e dos atos infracionais os quais se vêm envolvidos no cumprimento de medidas. Sancionadas por políticas que articulem os sonhos individuais à transformação social coletiva, revelando o abismo existente entre o potencial emancipatório das medidas e a ausência de condições materiais para sua efetivação.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras possam dedicar-se ao acompanhamento pós-medidas desses jovens, de modo a avaliar os reais impactos das ações socioeducativas em sua vida adulta, bem como a investigar modelos de integração entre escola, família, comunidade e equipamentos de assistência que efetivamente promovam participação social. Para além de pesquisas sobre os investimentos no SUAS, haja vista a sua carência de recurso para atender o público vulnerável.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2017.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. p. 22–54.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 90, 25 nov. 2009.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 45, 18 jul. 2005.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF, 1990.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Art. 121, § 5º (redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 ago. 2025.

_____. Ministério da Cidadania. Portaria nº 121, de 8 de outubro de 2021. Institui o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ed. 194, seção 1, p. 35, 11 out. 2021.

_____. Ministério da Cidadania. Portaria nº 2.294, de 2 de setembro de 2021. Institui o Programa de Oportunidades e Cidadania – POC, no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 39, 3 set. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.294-de-2-de-setembro-de-2021-341793781>. Acesso em: 24 ago. 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, 2004.

CEARÁ. Decreto nº 34.127, de 15 de dezembro de 2021. Institui o Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência – PREVIO, no âmbito do Estado do Ceará. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, Fortaleza, CE, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://diariooficial.ce.gov.br/portal/#/jornal/edicao/20570>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1983.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; GIARDINA, Michael D. Disciplining qualitative research. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, v. 19, n. 6, p. 769–782, 2006.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LUZ, Luísa de Marilac Santos. *O direito à educação no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida: limites e possibilidades*. 2025. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

LUZIA, E. L. R.; LIPORONI, A. A. R. de C. CREAS: concepções de violações de direitos e os caminhos do trabalho social. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, p. e6628317, 2023.

MOUNK, Yascha. *El pueblo contra la democracia*. Barcelona: Paidós, 2018.

SAVANHAGO, Liandra et al. Sentidos sobre o trabalho para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. 2019.

VICENTINI, Almir. *Quero ser rico!*. São Paulo: Clube de Autores, 2018.

